

**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**BIANCA MACIEL SANTIAGO**

**ASSEGURANDO RELAÇÕES SINO-AFRICANAS ATRAVÉS DA  
ECONOMIA: O CASO ANGOLANO**

**Recife  
2023**

**BIANCA MACIEL SANTIAGO**

**ASSEGURANDO RELAÇÕES SINO-AFRICANAS ATRAVÉS DA  
ECONOMIA: O CASO ANGOLANO**

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para graduação no curso de Relações Internacionais, sob orientação da Prof. Dra. Joyce Helena Ferreira da Silva

**Recife  
2023**

Catálogo na fonte  
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

S235a Santiago, Bianca Maciel.  
Assegurando relações Sino-Africanas através da economia: o caso Angolano / Bianca Maciel Santiago. – Recife, 2023.  
46 f. .: il. color.

Orientador: Profa. Dra. Joyce Helena Ferreira da Silva.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2023.  
Inclui bibliografia.

1. Importação. 2. Exportação. 3. Investimentos. 4. Racionalidade.  
5. Abordagem de Tsinghua. I. Silva, Rodrigo Santiago da. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2023.2-004)

Bianca Maciel Santiago

**ASSEGURANDO RELAÇÕES SINO-AFRICANAS ATRAVÉS DA ECONOMIA: O  
CASO ANGOLANO**

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para graduação no curso de Relações Internacionais, sob orientação da Prof. Dra. Joyce Helena Ferreira da Silva

Aprovada em 14 de dezembro de 2023.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Ma. Artemis Cardoso Holmes  
Faculdade Damas da Instrução Cristã

---

Me. David José Pereira Gonzaga  
Faculdade Damas da Instrução Cristã

---

Orientadora Dra. Joyce Helena Ferreira da Silva  
Faculdade Damas da Instrução Cristã

*Dedico este trabalho à minha avó Jesunita.  
Não escreverei além pois não estás aqui  
para ler, mas sei que de onde estás sabes  
o que sinto, sabes da saudade e da  
gratidão. Para sempre sua neta mais velha  
e filha mais nova.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente e sobretudo à minha mãe, Taciana. Agradeço por ter feito eu estar aqui não apenas nos últimos quatro anos, mas nos últimos vinte e um. Por me apoiar e apoiar meus sonhos incondicionalmente, por batalhar cada segundo para me trazer onde eu estou.

Agradeço ao meu tio Ricardo por ter me trago ao vestibular, por cada fim de semana juntos ao longo desses anos, por cada palavra amiga, e por conseguir fazer eu me sentir em casa mesmo em Recife.

Agradeço aos meus avós, Rinete e Clóvis, por sempre acreditarem em mim, pelas marmitas de feijão e pelo amor incondicional.

Obrigada Zé Wendell por convencer a minha mãe de que Relações Internacionais era uma boa ideia, e por me lembrar disso quando quis jogar tudo pra cima no meio da pandemia.

Obrigada ao meu parceiro de faculdade e de vida, Nivaldo Sergio de Melo Neto, por ter me encontrado e ter estado comigo todos os dias nessa jornada.

Obrigada aos meus amigos, Gabriel Viana, Mateus Vinicius, Leonardo Alencar e Romero Moraes, por fazerem as noites, as provas e a rotina serem mais leves ao longo desses quatro anos.

Agradeço aos meus amigos de casa, integrantes do Rede POC, Alânia e Nathália, por sempre me lembrarem de quem sou e me fazerem feliz a cada momento juntos.

Por fim, agradeço a todos os docentes da Faculdade Damas pelos ensinamentos e anos convvidos, assim como à minha orientadora Joyce Helena, pelo apoio durante a construção deste trabalho.

## RESUMO

Este documento explora a proximidade das relações econômicas entre China e África. Destaca o papel significativo que a China desempenha no desenvolvimento econômico da África através de empréstimos, investimentos e programas de assistência. Por mais, explora de que forma a China utiliza esses mecanismos como um meio para expandir a sua influência a nível global. A relação entre a China e Angola é examinada em detalhe, com foco nas estratégias econômicas utilizadas pela China para fortalecer os laços bilaterais. Além disso, é percorrida a perspectiva chinesa sobre as Relações Internacionais, concentrando-se especificamente em dois estudiosos, Qin e Yan, que propõem abordagens alternativas ao sistema existente centrado no Estado. Yan defende a incorporação da cultura e do pensamento tradicional chinês no estudo das Relações Internacionais. Qin, por outro lado, adota uma abordagem interativa que liga as teorias ocidentais de RI ao pensamento cultural chinês, introduzindo a “relacionalidade” como conceito-chave para a sua teoria.

Palavras-chaves: importação; exportação; investimentos; relacionalidade; abordagem de tsinghua.

## **ABSTRACT**

This document explores the closeness of economic relations between China and Africa. It highlights the significant role that China plays in Africa's economic development through loans, investments and assistance programs. Furthermore, it explores how China uses these mechanisms as a means to expand its influence globally. The relationship between China and Angola is examined in detail, focusing on the economic strategies used by China to strengthen bilateral ties. Furthermore, the Chinese perspective on International Relations is covered, focusing specifically on two scholars, Qin and Yan, who propose alternative approaches to the existing state-centered system. Yan advocates the incorporation of traditional Chinese culture and thought into the study of International Relations. Qin, on the other hand, adopts an interactive approach that links Western IR theories with Chinese cultural thought, introducing "relationality" as a key concept to his theory.

Keywords: import; export; investments; relationality; tsinghua approach.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>HISTÓRICO DA RELAÇÃO ENTRE A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA E O CONTINENTE AFRICANO .....</b>	<b>11</b>
2.1	A consolidação das relações sino-africanas na contemporaneidade.....	11
2.2	Elementos da Política Externa Chinesa .....	13
2.2.1	FOCAC .....	14
2.2.1.1	<i>Plano de Ação de Pequim (2019-2021)</i> .....	14
2.3	Interesse da China na África.....	14
2.4	Investimentos chineses na África .....	Erro! Indicador não definido.
2.5	Conclusão .....	18
<b>3</b>	<b>A CONSTRUÇÃO DAS TEORIAS CHINESAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....</b>	<b>21</b>
3.1	A emergência das teorias.....	21
3.2	As teorias chinesas das RI.....	22
3.2.1	A Abordagem de Tsinghua .....	25
3.2.2	A Chinese School.....	26
3.2.2.1	<i>O processo em termos de relações</i> .....	27
3.2.2.2	<i>A meta-relação</i> .....	28
3.2.2.3	<i>Governança relacional</i> .....	29
<b>4</b>	<b>ESTUDO DE CASO: A RELAÇÃO SINO-ANGOLANA .....</b>	<b>31</b>
4.1	A Evolução da Relação ao Longo dos Anos .....	31
4.2	Análise de dados: Investimentos e Comércio entre China e Angola .....	34
4.3	Discutindo a relação Sino-Angolana na perspectiva das Relações Internacionais .....	37
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>41</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>43</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A China tem sido um dos principais financiadores dos países africanos durante a última década, concedendo empréstimos para projetos de infraestrutura, como portos, ferrovias e rodovias, bem como para outros setores como energia e telecomunicações. De acordo com a China Africa Research Initiative<sup>1</sup>, entre 2000 e 2019, a China forneceu US\$152 bilhões em empréstimos a países africanos, tornando-a o maior credor único do continente. Ser o maior credor de um continente não consiste apenas em boa-vizinhança, mas sim em estratégias. Primeiramente, esta ação já traz à tona uma significativa mudança dentro do sistema internacional, na qual as fortes relações bilaterais passam a ser também dentro do eixo oriental-oriental. O estudo da ordem mundial e sua hegemonia pode ser classificado como elemento básico das Relações Internacionais. Assim, entre as principais razões para realizar esta pesquisa, é possível apontar as relações políticas e econômicas, nas quais a China tem usado a ajuda ao desenvolvimento e o comércio como um meio para aumentar sua influência política na África.

Explorando essa temática, esta pesquisa busca investigar como a China utiliza estratégias econômicas para fortalecer e manter relações bilaterais com a Angola, entre os anos 2016-2021, avaliar os impactos econômicos dessas relações na economia angolana, incluindo o comércio, investimentos e assistência financeira, e entender os movimentos e motivações da China através de teorias das Relações Internacionais propriamente chinesas.

Esta pesquisa básica possui abordagem qualitativa e quantitativa, compreendendo a relação sino-angolana através de seu contexto histórico, aprofundando-se em conceitos acadêmicos chineses, e analisando dados para suporte argumentativo. Além disso, são utilizados os procedimentos de pesquisa bibliográfica, através de artigos, livros, dados secundários, e de estudo de caso, direcionando a observação do tópico para a dinâmica entre China e Angola, para embasar a pesquisa descritiva, levantando e registrando características sobre a temática.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.sais-cari.org>. Acesso em: 25 set, 2023.

Desta maneira, sua questão principal será entender como a China assegura suas relações com a África através da economia, em foco na Angola, usando seu apoio financeiro como uma forma de estender sua influência política no continente.

Para compreender as questões aqui levantadas, a presente pesquisa está dividida, primeiramente, na contextualização das relações da China com o continente africano, levantando as bases dessas relações e o cenário contemporâneo. Segundo, é explorada a construção de uma Escola Chinesa de Relações Internacionais, entendendo como a China se coloca dentro das Relações Internacionais através da perspectiva acadêmica e política. Por fim, observa-se com mais detalhes a relação, investimentos, e parcerias entre China e Angola, assim analisando a conjuntura através dos conceitos das Relações Internacionais, principalmente chinesas.

## **2 HISTÓRICO DA RELAÇÃO ENTRE A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA E O CONTINENTE AFRICANO**

### **2.1 A consolidação das relações sino-africanas na contemporaneidade**

A relação sino-africana começa a se tornar expressiva na segunda metade do século XX. A recém estabelecida República Popular da China (RPC) aproveitou um espaço deixado pela Rússia, indiferente ao continente africano, pelos Estados Unidos, mais preocupado com a Guerra Fria, e por uma Europa que ainda estava se reconstruindo (Eisenman, 2007). Em 1956, o Egito estabeleceu relações diplomáticas com a China, e esta tendência na confirmação de relações diplomáticas cresceu ao longo dos anos para incluir todos os países africanos, exceto o Essuatíni, devido ao seu reconhecimento de Taiwan. A política externa chinesa viu e vê na África oportunidades econômicas, políticas e de caráter securitário, assegurando sua influência e um continente rico em recursos naturais, principalmente energéticos.

Como dito, a RPC ainda estava em consolidação, dessa forma, dos anos 1950 a 1960, a agenda principal era de afirmação do modelo comunista e apoio às revoluções desse caráter e de movimentos de libertação. Além da estratégia Estatal, o Partido Comunista Chinês buscou apoio popular para ação chinesa, divulgando amplamente em jornais o que Mao chamava de "luta justa" na África. A China se apresentou como um guia para nações africanas em busca de uma "nova revolução democrática". Isso significava que, naquele momento, a África era vista pela RPC como uma extensão da Revolução Chinesa (Eisenman, 2007).

Ao "acelerar o desenvolvimento da oposição política [africana] e guiá-la para um conceito de ação muito semelhante ao do seu próprio país" (Larkin, 1971), o governo chinês acreditava que todas as forças revolucionárias na África eram guerrilhas, o que é característico do estilo chinês. O apelo à luta armada não causou muitos danos à China, portanto, se os grupos nativos decidissem rebelar-se, o governo chinês iria apoiá-los com uma retórica fervorosa e envios de armas. Discursos, editoriais e publicações enfatizaram o papel da ideologia de Mao Zedong e o alcance da luta armada. Assim, apoiando os conflitos em locais como a Argélia, os Camarões, o Congo e o Uganda, no intuito da China fomentar a sua influência na

região, ao mesmo tempo que buscava estabelecer superioridade moral ao condenar os remanescentes do colonialismo ocidental.

Em termos gerais, a China apresentava uma dupla adversidade, tanto em relação aos EUA quanto à URSS. A RPC apoiava os movimentos revolucionários que lutavam contra "forças imperialistas" que se referiam à União Soviética e aos Estados Unidos. Contudo, em relação ao continente Africano, a União Soviética apresentava-se como a maior ameaça. Como exemplo, para essa aversão, podemos já falar sobre Angola.

Esse foi um país que a China pretendia eliminar totais influências da URSS. A República Chinesa, que inicialmente apoiava o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), foi convencida pela República Democrática do Congo, à época Zaire, a apoiar a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), comandada por Holden Roberto. Em dezembro de 1973, Deng Xiaoping reuniu-se com representantes da FNLA e, seis meses depois, "[...] centenas de toneladas de armas estavam fluindo para o exército de Roberto através do Zaire e tinha chegado um contingente de 112 homens para treinar guerrilheiros. Em 1975, a FNLA tinha alcançado superioridade militar sobre o MPLA" (Lawson, 1980). A decisão de ajudar a FNLA não foi apenas uma mudança importante na política da China em Angola, mas também refletiu a vontade de abandonar um grupo abertamente comunista – o MPLA – simplesmente para manter as forças soviéticas afastadas.

Contudo, a partir da década de 1980, a China voltou seu foco para os impasses internos, retirando a atenção da África. Após o falecimento de Mao Tse Tung em 1976, os pragmáticos do Partido Comunista Chinês (PCC) emergiram. Houve uma perda de coesão ideológica com a morte do grande líder do partido. Dessa forma, enquanto os pragmáticos e os maoístas lutavam contra o poder, no início dos anos 1980, a pobreza rural, a estagnação econômica e o desencanto público cresceram. Dessa maneira, a mudança de foco foi de fato necessária. A China liderada por Deng Xiaoping e Zhao Ziyang focou na introdução das forças de mercado (Eisenman, 2007). Enfatizar que o povo chinês precisava enriquecer, levou o mercado à negociar com o Ocidente. Esse novo foco, o recuo da URSS e o declínio do discurso revolucionário levaram a África a um menor patamar dentro das prioridades chinesas. Foi apenas no final dos anos 1990, após a Guerra Fria, que a China viu a necessidade de reaproximação com o continente africano: buscando não só matérias-primas, mas

também apoio em questões diplomáticas, como Taiwan e os direitos humanos frente à comunidade internacional.

## 2.2 Elementos da Política Externa Chinesa

Tradicionalmente, a Política Externa Chinesa é baseada nos "quatro não" (Sibù 四不). Para uma melhor tradução, seria os "quatro nenhum": nenhuma hegemonia, nenhuma política de poder, nenhuma aliança militar e nenhuma corrida armamentista. Contudo, aos que encaram a China como uma ameaça emergente, entendem que o país está esperando conquistar uma posição mais sólida para abandonar esses ideais e comportar-se como as ideias tradicionais de ascensão de poder. Pequim contratacou estas opiniões com a afirmação de que está interessada numa ascensão pacífica no sistema internacional e deseja promover uma maior harmonia internacional (Lanteigne, 2019).

A partir do início do século XXI, a política externa chinesa expandiu seu direcionamento para além da região Ásia-Pacífico, encarando uma perspectiva global. Esse processo foi acelerado nos anos 2010, com a ascensão de Xi Jinping ao poder presidencial. O Presidente Xi segue a metodologia de preparar a economia chinesa para um "novo normal", que consiste em as taxas de crescimento manterem-se desaceleradas, a fim de parrear com a economia global, assim demonstrando o compromisso da China com essa "equidade". Além disso, Pequim vem incentivando iniciativas *high-tech*, que incluem: robôs, *e-commerce*, *blockchain*, inteligência artificial, *fintech* e outros. Esses incentivos são reflexos do programa "Made In China 2025", promovido para competir diretamente com a alta tecnologia ocidental.

Na esfera internacional, o governo de Xi desenvolveu inúmeras iniciativas de política externa, desde relações bilaterais à Iniciativa Belt and Road (BRI), redes comerciais destinadas a expandir-se para África, Ásia, Eurásia, Europa e Rússia e para outras regiões (Lanteigne, 2019). É possível considerar que a Política Externa da China não está apenas em expansão, mas também em reconstrução. No âmbito da segurança, a China ainda é vista internacionalmente como emergente. Apesar de ser uma potência nuclear, em comparação a outros países como os EUA, ou outros da Ásia, permanece muito atrás. Contudo, a China baseia sua força internacional não na esfera securitária, mas sim em seu poder econômico no globo.

### 2.2.1 FOCAC

Adotado em 2000, o Fórum Para Cooperação entre China e África (Forum On China-Africa Cooperation, FOCAC) é a institucionalização da parceria e projetos da China com a África. De acordo com o próprio Fórum, o FOCAC foi criado com o objetivo de consulta igualitária entre as partes, melhorando a compreensão, expandindo o consenso, fortalecendo a amizade e promovendo a cooperação. A instituição promove conferências para negociar, acertar, planejar e divulgar o envolvimento entre a China e a África, tanto em questões econômicas, quanto políticas e sociais. As parcerias e investimentos são feitos através de ciclos, sendo o último ciclo finalizado foi o Plano de Ação de Pequim (2019-2021), elaborado em 2018, que será mencionado outras vezes mais adiante. No momento, está em ação o Plano de Ação Dakar (2022-2024), acordado em 2021, ao fim do Plano de Pequim.

#### 2.2.1.1 Plano de Ação de Pequim (2019-2021)

Para fins de contextualização, o Plano de Ação de Pequim teve como fundamentos: visitas e diálogo de alto nível; consulta e cooperação bilateral; e intercâmbios entre legislaturas, órgãos consultivos, partidos políticos e governos locais. A China descreve-se frequentemente em termos de desenvolvimento semelhantes aos de África. As lições aprendidas com o seu sucesso na redução da pobreza, acredita, podem ser adaptadas e aplicadas com sucesso em África. (Robinson, 2022). O Plano compõe diversas esferas da cooperação internacional, principalmente para a redução da pobreza na África. A China não só fornece assistência financeira para o desenvolvimento social, como também fornece informações e orientações baseadas nos seus próprios sucessos no desenvolvimento. O Plano inclui uma série de projetos de redução da pobreza para ajudar África a melhorar o seu serviço público rural; melhorar as competências para melhorar a empregabilidade; melhorar o ambiente e as condições de vida nas zonas rurais; e proteger a saúde e o bem-estar das mulheres e crianças (FOCAC, 2018).

### 2.3 Interesse da China na África

Apesar da crença de que a China se interessa apenas pelos recursos naturais africanos, os interesses incluem pelo menos quatro aspectos: político, econômico, de segurança e de ideologia. A China procura a legitimidade interna do Partido Comunista Chinês e o apoio africano à sua agenda de política externa a nível internacional, especialmente em fóruns multilaterais, dada a dimensão do bloco eleitoral de África (Yun, 2014). Os ricos recursos naturais de África e o potencial de mercado inexplorado criam um grande potencial de negócios para os *players* econômicos chineses. A crescente presença econômica da China no terreno coloca desafios à proteção do crescente investimento e da China na África, tornando-a uma das principais preocupações de segurança no continente chinês. À medida que a China promove a "democratização das relações internacionais", o sucesso do chamado modelo chinês e as relações com países não-ocidentais e africanos não democráticos são objetivos cada vez mais importantes para a China, tanto para fins políticos domésticos como internacionais. O presidente chinês Xi Jinping deixa claro em seu livro *The Governance of China II* (2017) sua visão para o futuro da China, e como a África está inserida nele:

Na condução das relações da China com África, aplicamos os princípios da sinceridade, afinidade e boa-fé e defendemos os valores do bem maior e dos interesses partilhados. Trabalharemos com os nossos amigos africanos para abraçar uma nova era de cooperação mutuamente benéfica e de desenvolvimento comum (Jinping, 2017, p. ?).

O envolvimento sino-africano não se dá apenas entre os Estados, mas através de Zonas Econômicas Especiais<sup>2</sup>. A China encara as Zonas de Livre Comércio (ZLC), a exemplo do Acordo de Comércio Livre Continental Africano, como um requisito para adaptação às novas tendências da globalização econômica. Escolhendo essa opção para tentar construir um sistema econômico aberto, além de ser uma medida importante na abordagem das relações externas e na implementação de estratégias externas. (Jinping, 2017).

---

<sup>2</sup> Uma zona econômica especial (ZEE) é uma área de um país concebida para gerar um crescimento econômico positivo. Uma ZEE está normalmente sujeita a regulamentações econômicas diferentes e mais favoráveis em comparação com outras regiões do mesmo país, incluindo incentivos fiscais e a oportunidade de pagar tarifas mais baixas. As regulamentações econômicas da ZEE tendem a conduzir – e atrair – o investimento direto estrangeiro (IDE). Disponível em: <https://www.investopedia.com/terms/s/sez.asp> . Acesso em: 17 set. 2023.



Para melhor entender o papel da África na expansão chinesa, Xi Jinping propõe, ainda em seu livro, o fortalecimento dos “Cinco Pilares” da parceria entre a China e África (Tabela 1), além de detalhar a implementação dos Dez Programas de Cooperação com África (Tabela 2):

**Tabela 1** - Trechos dos Cinco Pilares Principais da parceria estratégica entre a China e África

<b>Cinco pilares principais da parceria estratégica entre a China e África</b>	
1	Devemos continuar empenhados na igualdade política e na confiança mútua. A China acredita firmemente que África pertence ao povo africano e que os assuntos africanos devem ser decididos pelo povo africano
2	Devemos continuar empenhados numa cooperação económica mutuamente benéfica... exige que facilitemos os esforços de desenvolvimento de África e, em última análise, proporcionemos um desenvolvimento comum através de uma cooperação mutuamente benéfica.
3	Devemos continuar comprometidos com o enriquecimento mútuo dos intercâmbios culturais
4	Devemos continuar empenhados na assistência mútua em matéria de segurança
5	Devemos continuar comprometidos com a solidariedade e a coordenação dos assuntos internacionais

Fonte: (Xi, 2017: p. 496–497)

**Tabela 2 - Trechos dos Dez Programas de Cooperação da China com África**

<b>10 Programas de Cooperação da China com África</b>	
<b>1</b>	O programa de industrialização China-África: A China promoverá activamente parcerias nos domínios da complementaridade industrial e da capacidade industrial entre a China e África e incentivará mais empresas chinesas a investir em África. A China construirá ou modernizará uma série de parques industriais em cooperação com África, enviará peritos e consultores seniores para África e criará centros e escolas regionais de educação profissional com vista a melhorar a capacidade industrial de África.
<b>2</b>	O programa de modernização agrícola China-África
<b>3</b>	O programa de infra-estruturas China-África: Apoiamos as empresas chinesas na sua participação ativa no desenvolvimento infra-estrutural da África, particularmente em setores como os caminhos-de-ferro, as estradas, a aviação regional, os portos, a electricidade e as telecomunicações, o que ajudará a melhorar a capacidade de África para o desenvolvimento sustentável.
<b>4</b>	O programa financeiro China-África: Encorajará as instituições financeiras chinesas a criar mais sucursais em África e a aumentar o seu investimento e cooperação financeira com África de múltiplas formas, de modo a fornecer apoio financeiro e serviços para a industrialização de África.
<b>5</b>	5. O programa de desenvolvimento verde China-África: A China apoiará África no reforço da sua capacidade para um desenvolvimento verde, de baixo carbono e sustentável... A cooperação China-África nunca será prosseguida à custa do ecossistema e dos interesses a longo prazo de África
<b>6</b>	O programa de facilitação do comércio e do investimento China-África: A China está pronta para negociar acordos abrangentes de comércio livre com países e organizações regionais em África, abrangendo o comércio de bens e serviços e a cooperação em matéria de investimento... uma vez concluídos, (estes) impulsionarão a importação de produtos africanos pela China.
<b>7</b>	O programa para redução de pobreza China-África
<b>8</b>	O programa de saúde pública China-África
<b>9</b>	O programa cultural e interpessoal China-África
<b>10</b>	O programa de paz e segurança China-África

Fonte: (Xi, 2017: p. 496–497)

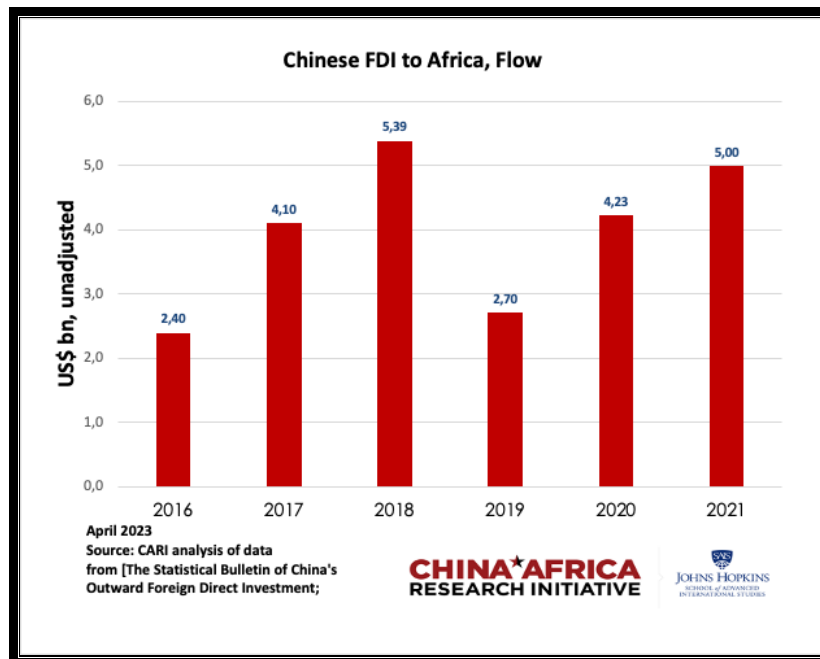
## 2.4 Investimentos chineses na África

O rápido crescimento econômico da China exigiu enormes quantidades de matérias-primas, especialmente energia e metais e minerais estratégicos. A África, por outro lado, possui estes recursos em abundância. Isso levou a investimentos cada vez mais significativos por parte dos chineses nas indústrias de petróleo, gás e de mineração na África. Em 2013, a China tornou-se o maior parceiro de exportação e desenvolvimento da África Subsariana. Cerca de um terço das importações de energia da China provêm de África, à medida que a fome da China por recursos energéticos se tornou aguda com o crescimento maciço experimentado pelo país (Robinson, 2022). A China continua a investir fortemente na mineração e na indústria de petróleo e gás para consumo próprio e para venda ao resto do mundo. Também utilizou várias formas de financiar estas iniciativas, tais como os chamados recursos do “Modo Angola” para o quadro de acordo de infra-estruturas. Esta foi uma abordagem inovadora que permitiu à China investir em atividades mineiras, onde os recursos extraídos eram pagos num exercício de troca com o desenvolvimento de infra-estruturas.

Os investimentos chineses no continente africano continuam a ser significativos (Gráfico 1). É possível dizer que o Investimento Direto Estrangeiro (Foreign Direct Investment, FDI) da China na África é diversificado abrange todos os países com que a China mantém relações, contudo, tende a concentrar-se em países ricos em recursos, como a Zâmbia, a Nigéria, Angola e a África do Sul (Gráfico 2).

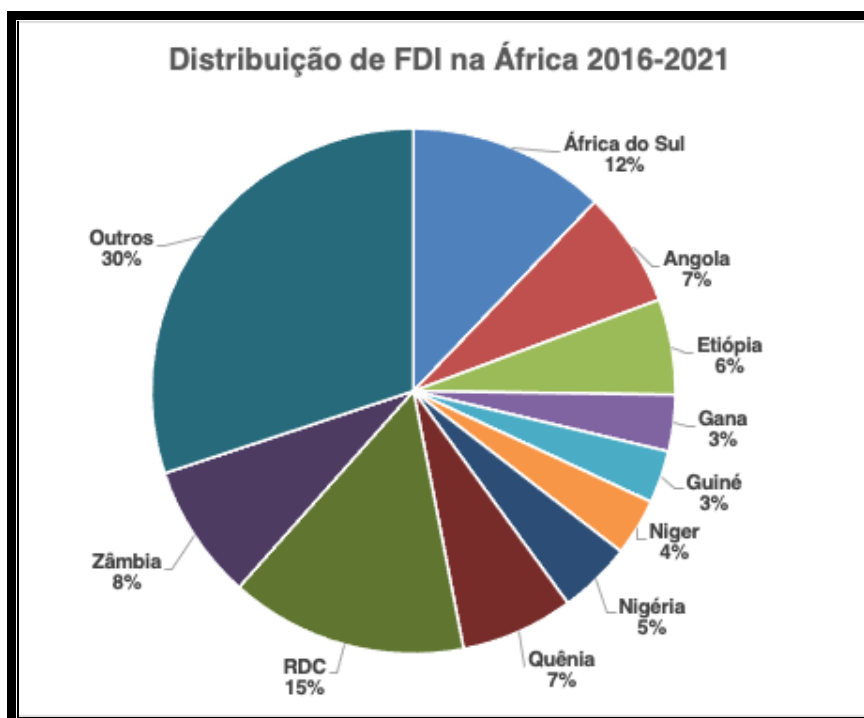
Além dos altos investimentos, a África encontra-se em superávit quando falamos das trocas comerciais de exportação e importação entre a China e o continente africano (Gráfico 3).

**Gráfico 1:** Fluxo de investimentos estrangeiros diretos da China na África

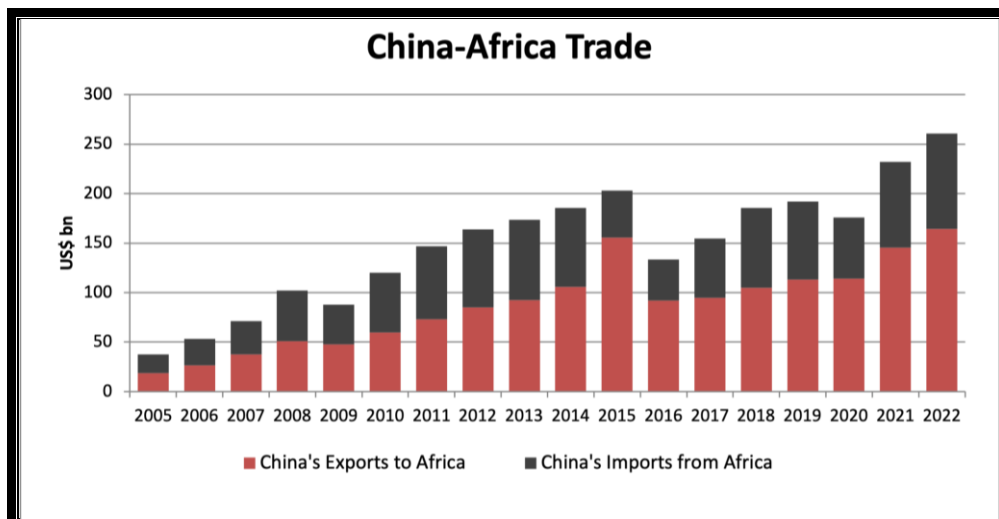


Fonte: Ministério do Comércio da China (2022). Elaborado por Johns Hopkins China-Africa Research Initiative (2022).

**Gráfico 2:** Porcentagem de distribuição dos investimentos estrangeiros diretos da China na África



Fonte: Ministério do Comércio da China (2022). Elaborado pelo autor (2023).

**Gráfico 3:** Indicadores de importação e exportação entre África e China

Fonte: UNComtrade data from 1992-2022, <http://comtrade.un.org/data/>. Elaborado por Johns Hopkins China-Africa Research Initiative (2023).

## 2.5 Conclusão

Em suma, a relação entre China e África consolidou-se através de uma mútua identificação pelas revoluções de libertação, além do desejo chinês de buscar afirmação de seu novo regime. Aproveitar o espaço deixado pelos EUA, pela URSS e pela Europa foi de suma importância à época para o apoio aos países africanos contra o colonialismo ocidental. Assim, hoje é possível observar que isso foi uma das bases para o movimento anti-hegemonia ocidental que a China vêm provendo no século XXI. O FOCAC surge como centro principal para o fortalecimento dessa relação, traçando planos, metas e orçamentos. São esses planos que trazem o investimento chinês para os mais variados setores, desde educação e infraestrutura à saúde e segurança. Em conclusão, esses investimentos não são realizados sem retorno. Por mais que a China seja o maior destino das exportações africanas, são os recursos naturais e energéticos da África, e o além do apoio internacional frente ao ocidente que atraem a RPC.

### **3 A CONSTRUÇÃO DAS TEORIAS CHINESAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

#### **3.1 A emergência das teorias**

A ascensão da China inspirou grande interesse no estudo das Relações Internacionais (RI) e das teorias de RI na China. Muitos estudiosos chineses, como Liang, Ren e Mei, argumentam que deveria haver uma Escola Chinesa de teorias de RI à medida que a China se eleva para se tornar uma grande potência nos assuntos mundiais (Weixing, 2016). À medida que a China se tornou uma grande potência nos assuntos mundiais, houve um investimento dos acadêmicos chineses sobre os estudos de RI e na construção de teorias desde a década de 1980. Os estudos de RI e os debates teóricos da China cresceram nos últimos anos, à medida que a potência em ascensão, enfrenta todos os tipos de desafios, práticos e teóricos. Dessa forma, quando olhamos para a academia chinesa de Relações Internacionais, a academia precisa encontrar soluções práticas e também enfrentar questões epistemológicas das RI. De acordo com Zheng Yongnian (2011), uma grande potência em ascensão precisa de teorias de RI para orientar a sua prática internacional, bem como para fazer com que outros países compreendam o seu comportamento internacional. Diante disso, é possível discutir as fontes e a dinâmica da construção da teoria das RI e as ligações entre a prática internacional e a construção da teoria das RI.

Primeiro, como afirma Qin Yaqing (2012), as teorias de RI podem ser classificadas em “teoria orientada para a ação” e “teoria orientada para o conhecimento”. Uma teoria orientada para a ação serve como diretriz para a ação e fornece princípios básicos para a tomada de decisões e implementação de políticas, tais como a estratégia de “inclinação para um lado” e a teoria dos “três mundos” de Mao Zedong. Uma teoria orientada para o conhecimento é uma perspectiva para compreender o mundo e uma conquista de produção ou reprodução de conhecimento, como o realismo estrutural de Kenneth Waltz, e a teoria da sociedade internacional de Hedley Bull. Embora sirvam a propósitos diferentes, a teoria orientada ao conhecimento é uma abstração ou teorização de ações de RI que explica causas e padrões de fenômenos sociais. A pesquisa acadêmica que leva à construção do

conhecimento é sempre motivada por necessidades práticas, reflexão de experiências e observações de ações e práticas.

Além disso, de acordo com Weixing (2016), existem três argumentos relativos à construção da prática e da teoria nos estudos internacionais chineses. Em primeiro lugar, as novas práticas de política externa chinesa permitiram aos acadêmicos chineses desenvolver uma série de teorias orientadas para a ação, tais como a cooperação regional, a estratégia das grandes potências e a segurança cooperativa. Em segundo lugar, desde que a ascensão da China se tornou uma problemática central para o discurso teórico de RI chinês, a comunidade acadêmica chinesa tem aprendido e incorporado cada vez mais teorias e abordagens ocidentais de RI na sua agenda de investigação e no seu empreendimento de construção de teorias. Estudiosos tentaram compreender como grandes potências como a China podem ascender pacificamente nos assuntos mundiais e como a prática da China pode ser transformada em discurso teórico e ser guiada pelas teorias das RI. Terceiro, a prática e a realidade que uma China em ascensão enfrenta também capacitaram um processo epistemológico no qual os acadêmicos chineses redescobriram o valor de conceitos chineses tradicionais de RI como *tianxia* e começaram a reconceitualizar o princípio organizacional da política mundial. Eles têm feito todos os esforços para contribuir para a construção de teorias orientadas para o conhecimento através de projetos teóricos, como uma nova ordem mundial normativa e teorias de RI baseadas em relações.

### **3.2 As teorias chinesas das RI**

Hun Joon Kim (2016) relata três razões pelas quais as iniciativas chinesas para construir a teoria chinesa de RI são significativas e oportunas. Em primeiro lugar, os recentes desenvolvimentos na teoria chinesa das RI estão intimamente ligados às mudanças no mundo real devido à ascensão da China. Em segundo lugar, o uso e potencial uso indevido da história e da tradição nas RI chinesas contribuirá para a nossa compreensão da relação entre a teoria das RI e a história. Finalmente, as RI chinesas não estão apenas ligadas à ascensão da China, mas também ao declínio do Ocidente e a uma auto-reflexão crescente dentro da disciplina de RI. Todos estes três

aspectos destacam um nexu importante entre o mundo real e a disciplina, ou o nexu poder-conhecimento.

O primeiro ponto de Kim diz respeito principalmente às relações entre o mundo externo e a disciplina acadêmica; o último, sobre a tensão dentro das disciplinas acadêmicas entre diferentes comunidades. O segundo ponto situa-se no meio, onde a realidade passada afeta a disciplina através da interação com o mundo externo e o mundo interno da disciplina acadêmica. Portanto, é necessário examinar os quadros teóricos existentes que consideraram a ligação entre eventos de poder político externo e desenvolvimentos da teoria interna. Vários rótulos têm sido usados para descrever os esforços chineses para criar uma RI distinta, como "teoria das RI com características chinesas", "nativização chinesa da teoria das RI", e "A Escola Chinesa" (XIAO, 2008). No entanto, ainda não há consenso sobre se a distinção de uma(s) Escola(s) Chinesa(s) reside nos seus métodos, tópicos, questões, conceitos centrais, construção teórica e/ou abordagem. Além disso, os estudiosos geralmente concordam que existem pelo menos três escolas até agora cujos projetos e construções teóricas se destacam, mas são distintos; eles são os de Zhao Tingyang, Yan Xuetong e Qin Yaqing. Esses estudiosos fazem inovações teóricas com base na história, tradição, cultura e experiência chinesas.

O primeiro, Zhao Tingyang, é um filósofo que ganhou fama por seu livro "O Sistema *Tianxia*" (2005). *Tianxia*, um termo chinês para um conceito cultural chinês que significa literalmente "todos sob o céu", também se refere a um sistema tributário ou suserano, conhecido como um princípio ordenador das relações internacionais tradicionais do Leste Asiático antes da chegada do sistema de Estado-nação ocidental. *Tianxia* é amplamente entendido como um mundo unificado dominado pelo reino intermediário, cujos vizinhos e aqueles que estão além dele recorrem a ele em busca de orientação e lhe prestam tributos. O sistema é frequentemente descrito como vários círculos concêntricos, compreendendo o imperador no centro, os súditos internos, os súditos externos, os estados tributários e os bárbaros. Além da curiosidade intelectual e a ambição, os motores iniciais da teoria *tianxia* vieram da motivação de "repensar a China", repensando assim também o mundo e desenvolvendo as visões e teorias chinesas da política mundial. Zhao demonstra um forte desejo e interesse em proporcionar uma perspectiva chinesa indígena nas relações internacionais. Zhao propõe o potencial renascimento do sistema *tianxia* como uma alternativa ao sistema estatal moderno existente, preparando



intelectualmente a China para um papel maior, mais construtivo e distintivo nos assuntos mundiais.

O segundo, Yan Xuetong, acredita que os estudiosos chineses de RI devem olhar para a sua cultura e pensamentos tradicionais nativos (Sun, 2016). O trabalho de Yan envolve a releitura de pensadores do período da Primavera e Outono e dos Reinos Combatentes, particularmente Xunzi. Yan demonstra outra abordagem distinta dentro das RI e um tipo particular de consciência chinesa. Yan lidera um grupo de pesquisadores e estudantes da Universidade de Tsinghua, conhecido coletivamente como a “abordagem de Tsinghua” (Zhang, 2012). Yan argumenta que todas as teorias de RI são universais e não possuem características nacionais; portanto, o objetivo de construir uma teoria chinesa de RI não é alcançável (Xiao, 2008). No entanto, é ao rótulo “Escola Chinesa” ou “RI com características chinesas” que Yan se opõe. O projeto de Yan visa criar uma teoria universal baseada na experiência histórica, cultura e filosofia da China (Sun, 2016). supondo que, para que a teorização de estudiosos chineses seja bem-sucedida, o rótulo 'Escola Chinesa' ou 'Características Chinesas' não é necessário, uma vez que a teoria desenvolvida tornar-se-á uma teoria universalmente válida, e não uma teoria chinesa.

O terceiro é Qin Yaqing, que introduziu a noção de “escola chinesa” nos estudos chineses de RI. Qin, em contraste com Yan, acredita firmemente que a teoria das RI difere das ciências naturais, na medida em que a primeira implica significado cultural, contexto e compreensão. Qin acredita que já chegou o momento para o desenvolvimento de uma teoria chinesa de RI, e ainda argumenta que é “possível e até inevitável” que surja uma Escola Chinesa (Qin, 2007). Qin realiza uma crítica com a abordagem de Yan, argumentando que embora Yan traga o chinês tradicional de acordo com pensadores e experiência histórica de volta à teoria de RI, sua forte crença na racionalidade como um pressuposto central da teoria de RI é basicamente ocidental e, portanto, problemática para a criação de uma teoria de RI genuinamente chinesa. Em vez disso, Qin adota uma abordagem interativa que liga as teorias ocidentais de RI ao pensamento cultural chinês (Qin, 2012). Qin introduziu a “relacionalidade”, um conceito profundamente enraizado na tradição e cultura chinesas, como conceito-chave para a sua teoria.

Nesta pesquisa serão aprofundados os conceitos de Yan Xuetong e Qin Yaqing, de modo a apresentá-los e analisá-los em casos empíricos das relações internacionais chinesas com a África.

### 3.2.1 A Abordagem de Tsinghua

Como dito anteriormente, Yan Xuetong comanda a abordagem de Tsinghua. Yan e seus colegas estudaram sete antigos pensadores chineses, incluindo Guanzi, Laozi, Confúcio, Mencius, Mozi, Xunzi e Hanfeizi, todos os quais viviam em o período dos “Estados Combatentes” da história chinesa, uma era caótica de mais de 2.000 anos atrás, mas também uma época muito próspera que permitiu “uma centena de escolas de pensamento florescer”. Yan acredita na ciência e no método científico de estudo internacional política e argumenta: “Se não precisamos de uma escola chinesa de física e química, por que deveríamos precisar de uma escola chinesa de teoria de RI?” (Yan, 2001). Portanto, ele estabeleceu uma estrutura analítica baseada nas ciências sociais americanas para estudar o pensando nesses mestres.

A estrutura contém duas dimensões. O primeiro é o pensamento filosófico de divisão dicotômica de materialismo *versus* idealismo, na qual três categorias podem ser identificados: determinismo conceitual (idealista), determinismo material e dualismo (significando algo entre materialismo e idealismo). A segunda dimensão são os níveis analíticos. Nesta classificação, cunhada por Kenneth Waltz e ampliada por J. David Singer, o direcionamento de política externa pode ser organizado de acordo com três níveis de análise: o sistema, o estado e o indivíduo. Usando essas duas formas de categorização, Yan, no intuito de trazer a perspectiva chinesa, divide os antigos pensadores chineses em: Laozi e Mozi são deterministas conceituais e veem as coisas pelo nível sistêmico; Guanzi é um dualista, concentrando sua atenção no nível estadual; Han Feizi é um pensador materialista e também centrado no Estado; tanto Confúcio quanto Mêncio são deterministas conceituais e prestam atenção ao indivíduo; enquanto Xunzi é um dualista e centra-se no nível estadual (Yan, 2001).

O primeiro ponto a ser levantado na introdução da perspectiva chinesa nas RI é um ponto que se destaca na discussão dos antigos mestres chineses sobre o poder, diferindo dos pensadores internacionais ocidentais. Para os pensadores chineses, o poder político pertence mais à categoria de poder flexível e imaterial, e deveria ter uma base moral sólida. Para Yan, moralidade é o núcleo do poder político, porque dá legitimidade ao detentor do poder, sem os quais uma hegemonia não pode durar muito. Em segundo lugar, o poder político é refletido pela capacidade de um governante de selecionar e empregar ministros e funcionários que possuem a “técnica de fazer”. Assim, “Se a estratégia de ascensão da China não consegue atrair mais

peças de primeira classe do que os Estados Unidos conseguem, então será difícil implementar um ressurgimento nacional” (Bell, 2011). Por outro lado, Yan também levanta a importância do poder material, como o poderio militar. Ele cita Guanzi para argumentar que, para manter uma ordem internacional estável, são necessários tanto o poder material como o pensamento moral. Qualquer um deles sozinho é insuficiente.

Segundo, Yan argumenta que o sistema internacional é e deveria ser hierárquico. Se considerarmos o poder como o fator mais importante nas relações internacionais, é natural e lógico que existam Estados de diferentes tamanhos e capacidades: o hegemônico, as grandes potências, estados de médio porte e pequenas nações. Para o autor, a estrutura hierárquica justifica as diferentes responsabilidades dos atores no sistema internacional: uma estrutura hierárquica de poder, normas e responsabilidades ajuda a manter o sistema e a ordem interestatal, ao mesmo tempo que a ruptura da hierarquia internacional leva a conflitos entre Estados (Yan, 2001). Os antigos mestres chineses pressupõem três tipos de hierarquia: autoridade humana (Wangquan), hegemonia (Baquan) e tirania (Qiangquan).

A autoridade humana é a forma mais elevada de governo, baseada na moralidade e governando conquistando o apoio do povo e praticando a justiça. A liderança de uma autoridade humana é, portanto, prontamente aceita por outros Estados e membros da sociedade internacional. Hegemonia é a dominação interestatal. A sua exigência moral é inferior à humana e o seu domínio baseia-se na força forte e na fiabilidade estratégica. O requisito mínimo para a hegemonia como ordem internacional é a fiabilidade estratégica, o que significa que os aliados sentem que a hegemonia é fiável para as suas necessidades de segurança e, portanto, um poder forte é importante.

E, por fim, a tirania é a forma mais inferior de governo, dependendo exclusivamente da força militar e de estratégias. Além disso, tanto a hegemonia como a tirania requerem um poder forte, enquanto a autoridade humana pode ser poderosa ou fraca em capacidades materiais, mas deve ser forte em moralidade e justiça.

### 3.2.2 A Chinese School

Em contrapartida da Abordagem de Tsinghua, Qin Yaqing adota uma abordagem interativa, que tenta construir um diálogo entre as teorias internacionais ocidentais e o pensamento cultural chinês. É um diálogo intercultural com reflexões mais críticas, tanto inspirando-se nas teorias ocidentais como envolvendo-as na cultura, práticas e visões de mundo chinesas. Usando este método, o estudioso desenvolve uma teoria sobre *relacionalidade* para compreender a dinâmica das relações internacionais. A *relacionalidade* é um conceito que está profundamente enraizado nas práticas e pensamentos tradicionais chineses, e que constitui um elemento-chave na obra clássica chinesa Yi Jing (Livro das Mutações), considerada por Confúcio como o conceito fundamental para a governança. A teoria consiste em três componentes principais: o processo em termos de relações, o meta-relacionamento e a governança relacional. Argumenta, em primeiro lugar, que o processo é ontologicamente significativo e é definido em termos de relações dinâmicas. Identifica também a meta-relação, que segundo a dialética chinesa é a relação yin-yang. É a “relação de relações” e representa a natureza essencial de todas as relações, incluindo as relações entre humanos, entre grupos sociais e entre Estados-nação, bem como entre humanos e a própria natureza. Por fim, discute a governança relacional, que coloca ênfase na gestão das relações entre atores individuais com o propósito de estabelecer a ordem, em vez de simplesmente governar os atores individuais.

### 3.2.2.1 O processo em termos de relações

Na perspectiva de Qin Yaqing, relações e processos são, na verdade, duas coisas em uma, uma vez que um processo é definido em termos de relações, referindo-se às relações interativas contínuas que são encontradas em qualquer sociedade humana, inseridas em práticas sociais e produzindo significados sociais. Os processos são relações em movimento, ou um complexo de relações interligadas e dinâmicas formadas através de práticas sociais (Qin, 2012). Na teoria sobre relacionalidade, portanto, o processo é ontologicamente significativo e as relações são a unidade primária de análise.

Quando examinamos as teorias dominantes no Ocidente, e especialmente as dos Estados Unidos, descobrimos que há pouco espaço para processos e relações. As três principais teorias americanas das relações internacionais – realismo estrutural, institucionalismo neoliberal e construtivismo estrutural – centradas nas estruturas, não podem deixar de ser estáticas, muitas vezes não conseguindo explicar as mudanças que, de acordo com a visão de mundo chinesa, são o estado constante de tudo no universo.

Para Qin, o processo é, por definição, dinâmico e não estático. O “processo”, nesta teoria, definido como relações em movimento, pode ser independente, tem a sua própria dinâmica e desempenha um papel crucial nas relações humanas em geral e nas relações internacionais em particular. O núcleo central do processo consiste em relações. Se a “racionalidade”, enraizada na individualidade, tem sido um conceito-chave para a sociedade ocidental, então a sua contrapartida na sociedade chinesa pode ser a “relacionalidade”. Para conceitualizar a relacionalidade, a teoria afirma que as redes relacionais na sociedade internacional ajudam os Estados-nação a formar as suas identidades e a produzir poder internacional. Além disso, a teoria da relacionalidade é uma teoria da evolução a nível sistêmico, centrando-se em práticas interativas e intersubjetivas entre atores internacionais, e enfatizando a ontologia independente dos processos sociais que desempenham um papel significativo na construção de normas internacionais e identidades de atores.

### 3.2.2.2 *A meta-relação*

Qin evoca o Yi Jing para enfatizar a relação yin-yang e afirma que é a principal e mais fundamental. Além disso, afirma que a dialética chinesa, ou Zhongyong, fornece a essência epistemológica para a teoria sobre a *relacionalidade*. Tal como a dialética hegeliana, ela vê as coisas em pólos opostos e interativos; mas, ao contrário da dialética hegeliana, assume que as relações entre os dois pólos (yin e yang) não são conflitantes e podem co-evoluir para uma síntese harmoniosa, uma nova forma de vida contendo elementos de ambos os pólos e que não pode ser reduzida a nenhum deles. Assim, a *relacionalidade* enfatiza a conectividade de tudo no universo

e a complexidade das relações entre os vários atores nele existentes, e a relação das relações é o que existe entre yin e yang, que vem a ser chamada de meta-relação.

Quando trazemos para o campo das RIs, esta abordagem pode fornecer uma compreensão da cooperação e do conflito entre os atores. A dialética chinesa não pressupõe a inexistência de conflito. Em vez disso, considera o conflito como uma representação de passos progressivos em direção à harmonia, que é a forma mais elevada de vida. Por mais, a dialética chinesa abre espaço para uma “abordagem de processo”, que relaciona as coisas num processo contínuo, avançando em direção à harmonia, combinando opostos e frustrando conflitos. Neste caso, não são opostos conflitantes, mas sim opostos harmoniosos. Não é tese e antítese, mas sim co-tese, ou yin e yang, fazendo uma nova síntese através de um processo harmonizador. Normas e instituições são como co-teses, diferindo no início, interagindo através de um processo harmonizador e integrando-se numa nova síntese. Assim como as culturas, co-evoluindo sem eliminação mútua e formando novas vidas, mantendo as propriedades de cada uma. Desta forma, Qin acredita que as normas e instituições do Ocidente e do Oriente encontram-se, interagem e evoluem para novas formas que são mutuamente inclusivas, mais robustas e, portanto, universais no verdadeiro sentido.

### 3.2.2.3 Governança relacional

Neste componente, Qin tenta trazer para a governança global a dimensão cultural, argumentando que a governação relacional não se baseia apenas no mero cálculo de custo-benefício, mas é um comportamento mais orientado culturalmente, formado e desenvolvido a partir de práticas ao longo de milênios. Com base nos pressupostos de *relacionalidade* como o conceito-chave na sociedade, as relações como a unidade básica de análise e a governação como um processo de equilíbrio, manutenção e gestão de relações, o autor desenvolveu um modelo de governação relacional, para o qual oferece a seguinte definição:

“A governação relacional é um processo de negociação de acordos sociopolíticos que gerem relações complexas numa comunidade para produzir ordem para que os membros se comportem de forma recíproca e cooperativa com confiança mútua que evolui através de uma compreensão partilhada das normas sociais e da moralidade humana” (Qin, 2012, p. 83).

Esta definição tem vários recursos distintos. Em primeiro lugar, não sublinha o “controle” como a essência da governação, como sugerem muitos estudos sobre relações internacionais. Em vez disso, enfatiza a “negociação”. Em qualquer área temática, por exemplo, a governação exige responsabilidade por parte de todas as partes da comunidade, mas deve passar por negociações para decidir quem deve fazer o quê e quanto. Em segundo lugar, vê a governação como um processo de tomada de medidas para ilustrar a sua natureza dinâmica e não estática. Aqui, governança não se trata apenas de governo, mas sim, está cheia de incertezas e mudanças, revelando a necessidade de consulta e coordenação constantes. Em terceiro lugar, o governado não é o ator individual: ele é suas relações (relações entre atores). Governar significa governar as relações. Ou seja, manter a ordem não é equilibrar o mero poder, mas equilibrar as relações entre poderes. O seu objetivo é levar a cabo uma boa governação através da coordenação e harmonização das relações.

Por fim, a governança relacional precisa da confiança como pilar de apoio. Como salientou Tu Weiming, uma sociedade internacional bem governada deve ser uma sociedade fiduciária, que por sua vez se baseia na moralidade humana (Tu, 2008). Essa governança não requer apenas a estrutura das instituições internacionais e os papéis restritivos das regras, mas requer pluralismo, parceria e participação de diferentes civilizações, culturas e comunidades, para que uma síntese criativa possa ser formada através de um processo harmonizador. Além disso, as regras e as relações não são exclusivamente substituíveis, mas mutuamente complementares. A sua combinação, ou um modelo sintético de governação, é mais eficaz e sustentável.

## 4 ESTUDO DE CASO: A RELAÇÃO SINO-ANGOLANA

### 4.1 A Evolução da Relação ao Longo dos Anos

A relação contemporânea entre China e Angola se iniciou na década de 1960, durante o conflito armado de libertação da Angola de Portugal. O conflito fez emergir grupos de resistência de diferentes eixos no cenário nacional angolano, como: União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA); Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA); e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Inicialmente, a China começou sua relação com Angola apoiando a FNLA, movimento que formou o Governo de Angola no exílio. Contudo, devido à aproximação do movimento aos EUA e à proibição de entrada de delegados chineses na base do Movimento de Libertação na República Democrática do Congo, as relações entre China e FNLA foram rompidas. Assim, a China volta seu apoio para a UNITA. Diferente dos outros movimentos, a UNITA tinha uma estratégia de apoio a fontes indígenas, proclamava o Maoísmo como doutrina e ia construindo bases internacionais. O apoio foi mudando de acordo com a dinâmica nacional, tanto angolana quanto chinesa. No início dos anos 70, a China optou por não apoiar mais a UNITA e voltar-se novamente, numa primeira fase para o MPLA e numa segunda fase para a FNLA (Tony Hodges, 2002). Logo após a independência angolana em 1975 e o início da guerra civil, a China opta por voltar a apoiar a UNITA e o FNLA, numa tentativa de impedir a vitória do MPLA que estava sob apoio soviético (Alves, 2013). Todavia, a política chinesa em Angola viu-se enfraquecida face ao apoio da URSS ao MPLA e o reforço da presença dos EUA de forma a contrabalançar os soviéticos (Rodrigues, 2021). Apenas em 1983 as relações entre China e Angola voltaram, aos poucos, a serem estabelecidas. As relações tinham caráter de cooperação militar devido ao cenário de conflito ainda vivido pelo país africano, e, em pequena escala, a implementação de projetos de ajuda ao desenvolvimento.

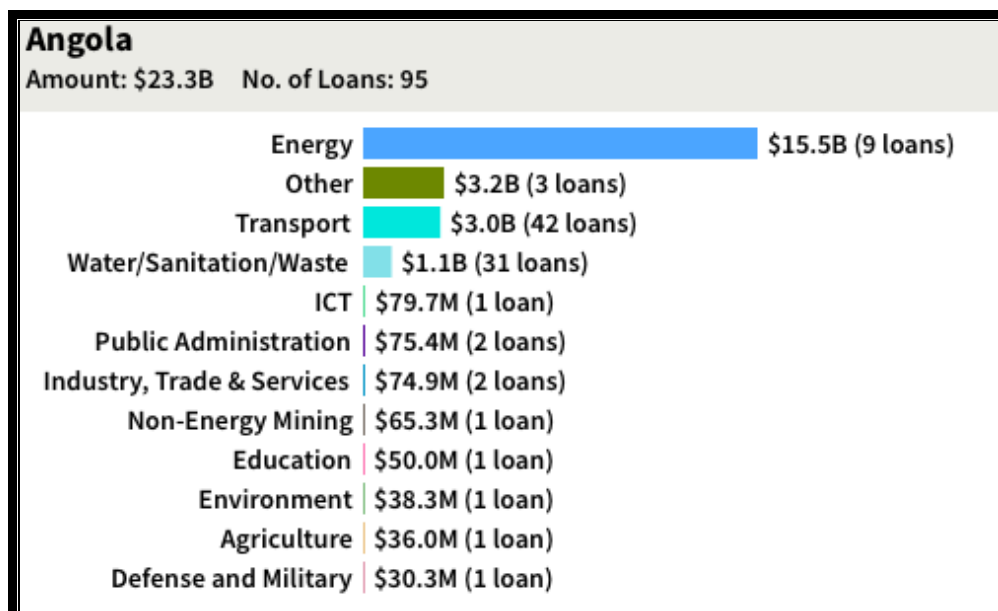
Podemos afirmar que as relações bilaterais entre RPC e Angola de fato evoluíram a partir dos anos 2000. Na verdade, essa evolução pôde ser vista por toda a África, no que tange desde a visitas diplomáticas de representantes oficiais, de ambos os lados, à implementação do Fórum de Cooperação China-África e do Fórum de Macau. Esta aproximação da China aos países africanos, nomeadamente Angola, em muito se deve à sua insuficiência energética e da necessidade de colmatar a falta



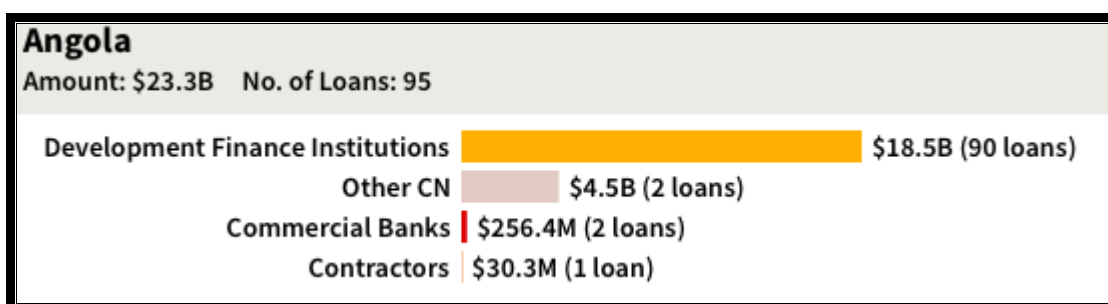
de recursos, cooperando com países como Angola, ricos em recursos energéticos, de forma a conseguir manter o seu nível de desenvolvimento e crescimento econômico (Rodrigues, 2021).

Torna-se de senso comum que, qualquer que seja o país, sair de uma guerra civil é também enfrentar problemas de infraestrutura, débitos, falta de recursos, parceiros e demais dificuldades. Dito isto, com o fim da Guerra Civil Angolana em 2002, a China reencontra o país africano em postura vulnerável. Então, ainda no mesmo ano de 2002, o primeiro acordo de Cooperação realizou-se em 2002 entre Angola e o Banco de Construção da China, o Banco de Exportação e Importação (Eximbank), no valor de 150 milhões de dólares (Carmen Mendes; Xintong Tian, 2020). Para contextualização, são garantidos empréstimos através de três bancos estatais chineses: China Development Bank (CDB); China Export-Import Bank (Exim Bank); e Industrial and Commercial Bank of China (ICBC). Estes dois últimos têm como objetivo apoiar as políticas chinesas no panorama internacional e nacional, garantindo também a segurança energética através do fornecimento de empréstimos em troca de petróleo. Como estratégia de negociação, os três bancos oferecem largos empréstimos para investir em áreas como infraestruturas, energia e minerais, fornecendo taxas de juros mais baixas e períodos de pagamento mais longos. O desembolso de dinheiro é feito muito mais rapidamente do que os dos bancos ocidentais e não impõem condições de política ao mutuário. Contudo, em troca dessas facilidades de empréstimos eles exigem a aquisição de bens e serviços da China (Rodrigues, 2021).

A partir dessa facilitação, surge uma longa e sólida relação entre Angola e os bancos chineses. Fazendo um recorte já dos últimos anos, de acordo com o Gráfico 4, foram cedidos, entre os anos de 2016 e 2021, US\$23,3 bilhões em empréstimos da China para a Angola. Dentre esses, como mostra o Gráfico 5, US\$18,5 bilhões provém do CDB e EximBank, classificados como *Development Finance Institutions* pelo *Chinese Loans to Africa (CLA) Database*.

**Gráfico 4:** Empréstimos chineses à Angola nos anos 2016-2021

Fonte: Chinese Loans to África (CLA) Database, Boston University Global Development Policy Center (2023).

**Gráfico 5:** Credores dos empréstimos chineses à Angola nos anos 2016-2021

Fonte: Chinese Loans to Africa (CLA) Database, Boston University Global Development Policy Center (2023).

De volta para a construção das relações contemporâneas, a partir do primeiro empréstimo em 2002, os projetos vão se ampliando em áreas: agricultura, saúde e educação. Ainda nos primeiros anos após o fim da guerra civil, os empréstimos e investimentos chineses foram bastante usados para reconstrução de hospitais e centros médicos. Além disso, em 2005, através de acordo, a China enviou uma equipe de médicos para reabilitação da estrutura da saúde angolana e também providenciou doações de medicamentos essenciais, mas que não chegavam à Angola (Ana Cristina Alves, 2010).

Desde já, é importante salientar que se hoje vemos a China como principal parceiro da Angola, isso é resultado de reafirmações desta parceria ao longo dos anos 2000 e 2010. Um dos motivos da fixação dessa relação foi a reconstrução angolana pela China. No que se diz reconstrução, fala-se no sentido literal. A China foi responsável por construir centros urbanos em Angola. Em um cenário pós-guerra, Angola se encontrava em crise habitacional em razão da destruição maciça das cidades e países do ocidente mostraram-se hesitantes quanto a ajudas financeiras. Neste momento, a China olha para esta situação como uma oportunidade para reforçar a sua presença em Angola, através da concessão de linhas de crédito (Rodrigues, 2021). As províncias de Benguela, Luanda, Namibe, Lubango e Malanje foram escolhidas para fazer parte do projeto de construção de novas cidades satélites do presidente José Eduardo dos Santos, em 2008. As quatro cidades satélites fora Luanda foram construídas, exclusivamente, por empresas estatais chinesas (Benazeraf; Alves, 2014). Além deste projeto, é possível citar os seguintes envolvimento de maior magnitude da China na infraestrutura de Angola: o aeroporto de Luanda, o Porto do Caio; a Barragem de Laúca; a Ferrovia Lobito-Luau; a urbanização da cidade de Cabinda. Por mais, Rui P. Pereira (2006) ainda comenta sobre a construção do novo hospital e melhoria em mais quatro hospitais provinciais e muitas outras estruturas municipais de saúde, construção e apetrechamento de 46 escolas de vários níveis de ensino, recuperação de quatro mil quilómetros de estradas, e diversos empreendimentos agrícolas (irrigação).

Apenas em conclusão, além dos investimentos e colaboração em infraestrutura, a China se fez e ainda é presente também nos campos da educação e militar. Na educação, seja por proporcionar o intercâmbio de estudantes entre os dois países, ou por literalmente a China construir universidades, escolas e politécnicos. E, militarmente, o setor mais antigo de cooperação, Angola compra equipamentos chineses e a China chega a treinar o exército angolano (Novo Jornal, 2019).

#### **4.2 Análise de dados: Investimentos e Comércio entre China e Angola**

Além dos empréstimos chineses para Angola, mencionados como a base para as relações contemporâneas entre esses dois países, esses não são os únicos fatores que levam a uma intensa relação bilateral.

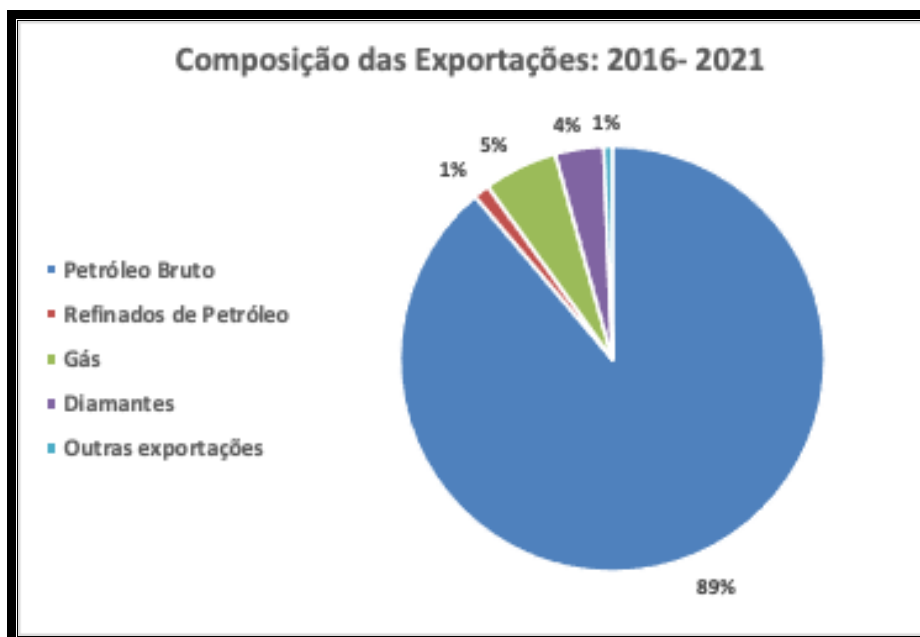
A China, como uma das maiores fontes de Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE) a nível internacional, tem um papel fundamental a desempenhar no desenvolvimento de Angola. Desde 2006, a China e Angola começaram a construir uma parceria forte e “mutuamente vantajosa” (Campos e Vines, 2008). De 2016-2021, Angola representou o destino de 6% do FDI chinês e ocupou o primeiro lugar das importações chinesas de procedência africana (Tabela 3).

**Tabela 3 - Importações da China de Origem Africana**

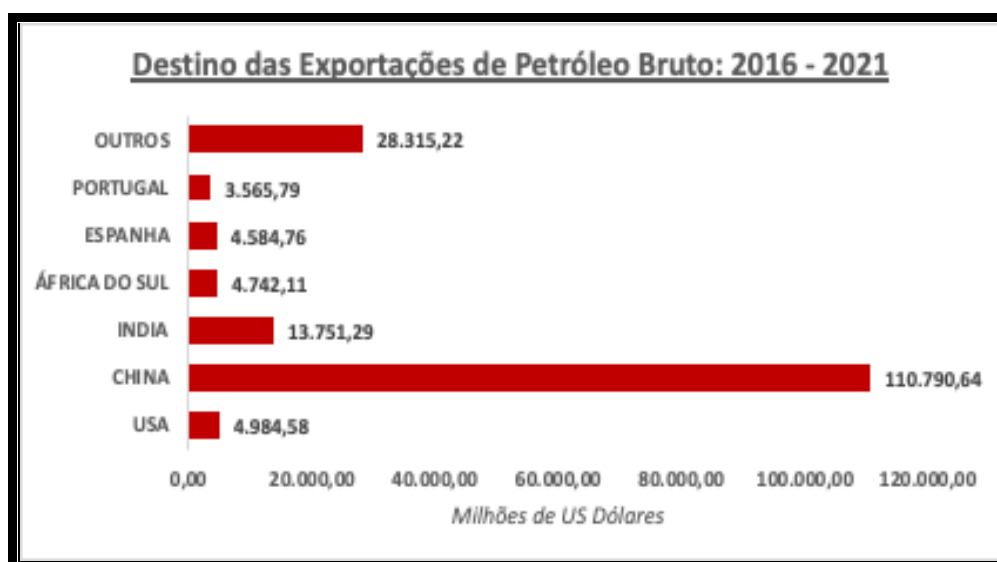
País	US\$ mn
Angola	\$ 119.046,83
Congo	\$ 61.159,43
África do Sul	\$ 56.995,58
Zâmbia	\$ 20.428,53
Gabão	\$ 17.111,68
Demais países	\$ 134.069,44

Fonte: UNComtrade data from 1992-2022, <http://comtrade.un.org/data/> .  
Elaborado pela autora.

A China fornece ajuda econômica substancial a Angola, ajudando a melhorar o seu desenvolvimento econômico. Além disso, a China fornece políticas ativas, co-desenvolvidas pelos dois países, para ajudar Angola a desenvolver as suas indústrias, encorajando o país a usar o petróleo para liquidar os seus empréstimos. No âmbito desta política, como mostra o Gráfico 6, o petróleo bruto representou, nos anos de 2016-2021, 89% das exportações angolanas. Desse número, quase 60% do petróleo bruto de Angola é exportado para a China, como mostra o Gráfico 7, com grande distância de qualquer outro importador do petróleo angolano. Contudo, 14% das importações angolanas no mesmo período são de origem chinesa, que em valores brutos, ainda é inferior às de procedência portuguesa (Gráfico 8). Dessa forma, podemos inferir que Angola depende mais da compra de mercadoria por parte da China do que dos produtos oferecidos por esta.

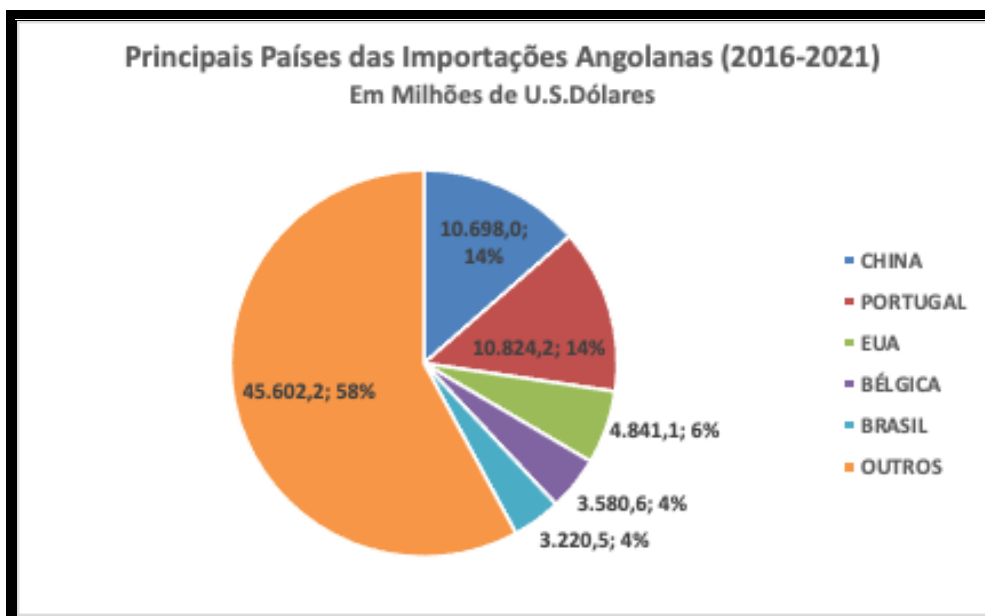
**Gráfico 6:** Composição das Exportações Angolanas (2016-2021)

Fonte: Banco de Angola. Elaborado pela autora.

**Gráfico 7:** Destino das Exportações Angolanas de Petróleo Bruto (2016-2021)

Fonte: Banco de Angola. Elaborado pela autora.

**Gráfico 8: Origens das Importações Angolanas (2016-2021)**



Fonte: Banco de Angola. Elaborado pela autora.

#### **4.3 Discutindo a relação Sino-Angolana na perspectiva das Relações Internacionais**

Esta pesquisa busca entender como as relações entre China e Angola são firmadas através da economia. Tudo isso se deve à estratégia de diplomacia econômica. A diplomacia econômica é um fator crucial do desenvolvimento econômico de um país como uma tentativa de alcançar objetivos de política externa. No entanto, a definição exata do conceito permanece incerta. A diplomacia econômica refere-se a uma série de atividades realizadas por atores Estatais e não-Estatais no mundo, que envolve processos e métodos no âmbito da tomada de decisões internacionais relacionadas com atividades econômicas transfronteiriças, tais como investimento, empréstimos, ajuda, exportação, importação e migração (Bergeijk; Moons, 2009). Outro estudioso argumenta que a diplomacia econômica é considerada como um processo de negociação e formulação de políticas para troca de bens, serviços, trabalho, produção e investimento em outros países (Rashid, 2005). Além disso, as políticas relativas à troca de dinheiro, informação e ajuda externa também são identificadas como diplomacia econômica. Em resumo, a diplomacia econômica

discute relações diplomáticas, cooperação, comércio multifacetado e formas de influenciar a política econômica externa.

Combinando as definições de diplomacia econômica desses estudiosos, podemos entender a diplomacia econômica, em geral, como práticas e estratégias das relações externas de um país que envolvem atividades de cooperação comercial, investimento estrangeiro, ajuda externa e empréstimos para atingir objetivos de política externa. Assim, a diplomacia econômica é definida como “[...] a utilização de meios políticos como alavanca nas negociações internacionais para aumentar a prosperidade econômica nacional e a utilização de alavancagem econômica para aumentar a estabilidade política da nação” (Okano-Heijmans, 2011 p. 16).

A presença crescente da China na África como um todo pretende exercer vários instrumentos diplomáticos e finanças estatais substanciais para facilitar o acesso e a operação das empresas chinesas (Gu *et al.*, 2016). Por exemplo, as empresas estatais de petróleo e gás são geralmente vistas como instrumentos políticos para procurar benefícios num país potencial através do investimento directo estrangeiro. Como empresas estatais, são propensas a serem controladas pelo governo tanto para a agenda internacional como para a agenda doméstica (Victor *et al.*, 2012). Posteriormente, essa rede facilita o fluxo de informação, incentiva a colaboração na formação e implementação de políticas e oferece incentivos consideráveis para os líderes dentro do sistema. O sucesso dos negócios eventualmente leva à conquista política e vice-versa. Portanto, as empresas dominadas pela China na África possuem os seus próprios interesses e informações mais acessíveis sobre os recursos estatais de hidrocarbonetos de um país e as suas fontes valorizadas no mercado mundial.

De acordo com Walter Russel Mead, o sucesso econômico de um país resulta diretamente num aumento da influência política e da confiança mútua de outros países. Mead também argumentou que o poder econômico é naturalmente mais vinculativo porque os países que adotam as mesmas políticas e sistemas econômicos terão mais dificuldade em sair do sistema (Kuchins, 2009). No caso da China, o Estado está ganhando força econômica, que é utilizada como o principal instrumento para ganhar a confiança dos países em desenvolvimento. Retomando a Abordagem de Tsinghua, a força econômica atua como argumento do requisito mínimo para a hegemonia: a fiabilidade estratégica. Ou seja, os aliados (aqui, Angola) consideram que manter a fiabilidade traz segurança para os papéis de atores internacionais dentro do SI.

Contudo, quando falamos em termos financeiros, a China não tem poder impositivo de controles rigorosos às finanças ou monetárias de Angola. Angola, desde 1977, tem uma moeda própria denominada Kwanza e uma política econômica independente. Angola também teve as suas próprias reservas monetárias denominadas Banco Nacional de Angola. Porém, a China tem uma forma de influenciar indiretamente a política econômica de Angola. Desde 2015, o Kwanza pode ser aceito pela China. Isto demonstra ativamente que Angola está agora menos dependente do dólar e, portanto, permite mais bens importados da China. Além disso, isto faz com que Angola mantenha um acordo monetário com a China, tornando a moeda chinesa, o Yuan, a segunda moeda legal utilizada em Angola (Agence Ecofin, 2015). Isto permite à China exercer uma enorme influência em Angola.

Além disso, a ajuda externa está firmemente ligada aos interesses dos países doadores. A China fornece mais assistência externa aos países ricos em petróleo da África Subsariana, como Angola, do que aos países com poucos recursos. Como mencionado, a China disponibilizou ajuda a Angola para estradas, caminhos-de-ferro, telecomunicações, transportes, edifícios governamentais, hospitais e outros sectores energéticos e de infra-estruturas que estão até agora a ser construídos e reparados em Angola. No entanto, estas instalações só existem em locais diretamente relacionados com o interesse nacional da China e com trabalhadores chineses, que devem ser contratados pelas empresas africanas locais em Angola como pré-condições da China para a assistência que presta pode levar a uma desigualdade mais profunda no acesso a empregos e serviços entre imigrantes angolanos e chineses (Salsabila; Kusumawardhana, 2021). Todavia, trazendo a perspectiva de Qin Yaqing, essa conjuntura também pode ser fruto da governação relacional, de modo que se trata de uma negociação mútua, baseada na confiança, na qual se partilham normas sociais.

“Maçãs e frutas do dragão: os determinantes da ajuda e outras formas de financiamento estatal da China à África” é um estudo conduzido pela Aid Data da Universidade de Harvard, da Universidade de Heidelberg e do William & Mary College. O objetivo deste estudo é rastrear o financiamento ou a ajuda da China a 50 países africanos, incluindo Angola, durante o período 2000-2013. Este estudo concluiu que os países africanos que recebem ajuda ou financiamento chinês tendem a votar a favor da China na Assembleia Geral da ONU (AidData, 2015). Isto está interligado com o aspecto doador e receptor da diplomacia econômica: os países africanos que



recebem assistência financeira da China votarão de acordo com os interesses do governo chinês.

A China representava o Terceiro Mundo, e isso mudou devido à sua robustez econômica que tornou a sua posição a nível internacional ainda mais importante. O que aconteceu agora à China poderá levar outros países a seguirem o mesmo caminho, incluindo Angola. A importância do crescimento econômico, a concretização do interesse nacional, a opinião pública em relação à China e outras questões complexas que devem ser tratadas levaram a China a utilizar o poder brando a nível nacional e internacional. Para a China, o poder brando é a chave do esforço da China para espalhar a sua influência em todo o mundo. Desde o início da década de 1990, a China expandiu as suas relações com Angola em muitas áreas, tais como finanças, investimento, comércio, assistência ao desenvolvimento, transferência de tecnologia e formação, turismo e intercâmbio cultural (Eberling, 2017). A China pode entrar facilmente no território de Angola devido à necessidade de fundos e infra-estruturas de Angola, mas é rica em recursos naturais. Por outro lado, a China está inundada de dinheiro, procurando maiores oportunidades de investimento para os seus setores privados em rápido crescimento, o que requer uma grande infusão de recursos naturais para fazer face ao seu crescimento econômico (Taylor, 2007). A combinação destes respectivos ativos e passivos culminam na relacionalidade: ênfase nas práticas dialógicas e intersubjetivas entre atores internacionais e na ontologia independente dos processos sociais, que desempenham um papel fundamental na construção de normas internacionais e identidades dos atores.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, as relações econômicas entre China e Angola têm se mostrado complexas, a China utiliza uma série de estratégias econômicas para fortalecer e manter relações bilaterais com Angola. Isso inclui a concessão de empréstimos substanciais, investimentos diretos estrangeiros (IDE) e assistência econômica para melhorar o desenvolvimento de Angola. Além disso, a China fornece políticas ativas, co-desenvolvidas pelos dois países, para ajudar Angola a desenvolver suas indústrias, encorajando o país a usar o petróleo para liquidar seus empréstimos. Além disso, a China tem influência indireta na política econômica de Angola, permitindo que o Kwanzas, a moeda angolana, seja aceito na China e tornando o Yuan, a moeda chinesa, a segunda moeda legal utilizada em Angola.

Por mais, a China busca estabelecer uma relação de confiança e cooperação mútua, baseada na troca de bens, serviços, trabalho, produção e investimento em outros países. A China também utiliza o poder brando, espalhando sua influência em todo o mundo, e expande suas relações com Angola em áreas como finanças, investimento, comércio, assistência ao desenvolvimento, transferência de tecnologia, formação, turismo e intercâmbio cultural. Essas estratégias econômicas são utilizadas pela China para fortalecer e manter relações bilaterais com Angola, visando a concretização do interesse nacional chinês, a obtenção de recursos naturais para enfrentar seu crescimento econômico e a construção de uma relação de cooperação mútua e confiança.

Ainda, as relações entre a China e Angola têm tido impactos significativos na economia angolana, abrangendo comércio, investimentos e assistência financeira. No comércio, Angola depende fortemente das exportações de petróleo bruto, e a China é o principal importador desse produto angolano, representando, como visto, quase 60% das exportações de petróleo bruto de Angola. Contudo, a China atua como parceiro comercial de Angola, representando 14% das importações angolanas, o que demonstra a importância do comércio bilateral entre os dois países. No campo de investimentos e assistência financeira, os investimentos chineses em Angola têm se concentrado em projetos de infraestrutura, como estradas, caminhos-de-ferro, telecomunicações, transportes, edifícios governamentais, hospitais, entre outros. Isso tem contribuído para o desenvolvimento e modernização da infraestrutura angolana,

facilitando a reconstrução pós-guerra civil e o desenvolvimento de setores-chave, como saúde, educação, agricultura e infraestrutura.

Os impactos econômicos dessas relações na economia angolana incluem o fortalecimento da infraestrutura, o desenvolvimento de setores-chave, a diversificação das relações comerciais e a redução da dependência de Angola em relação a outros parceiros comerciais. No entanto, também é importante considerar os desafios, como a dependência de recursos naturais, a necessidade de garantir a sustentabilidade dos investimentos e a gestão adequada da dívida resultante dos empréstimos chineses.

Por fim, além das implicações econômicas, a China busca não apenas fortalecer suas relações comerciais, mas também desempenhar um papel mais proeminente nas Relações Internacionais. O desenvolvimento de teorias próprias de Relações Internacionais reflete a ambição chinesa de moldar o cenário global de acordo com suas perspectivas históricas e culturais. As escolas chinesas de RI, como a *Chinese School* e a Abordagem de Tsinghua, indicam a intenção da China de contribuir para o discurso internacional, estabelecendo uma identidade única no campo das Relações Internacionais. Assim, as relações sino-angolanas não apenas delineiam a interdependência econômica, mas também refletem a busca contínua da China por influência global, guiada por teorias próprias e uma visão distinta das Relações Internacionais.

## REFERÊNCIAS

ANGOLA. Banco de Angola. **Estatísticas Externas: dados anuais, 2023**. Disponível em: <https://www.bna.ao/#/pt/estatisticas/estatisticas-externas/dados-anuais>. Acesso em: 24 nov. 2023.

ALVES, Ana Cristina. **Chinese economic diplomacy in Africa: the Lusophone strategy. China returns to Africa: A rising power and a continent embrace**, p. 69-82, C Hurst & Co Publishers Ltd, 2008.

ALVES, Ana Cristina. **Chinese economic statecraft: A comparative study of China's oil-backed loans in Angola and Brazil**. *Journal of Current Chinese Affairs*, v. 42, n. 1, p. 99-130, 2013.

ALVES, Ana Cristina; BENAZERAF, David. Chinese Economic Statecraft: a comparative study of China's oil-backed loans in Angola and Brazil. **Journal of Current Chinese Affairs**, 2014.

BELL, Daniel A. Introdução. *In*: YAN, Xuetong. **Ancient Chinese Thought, Modern Chinese Power**. p. 1-18. Princeton University Press, 2013.

BOSTON UNIVERSITY GLOBAL DEVELOPMENT POLICY CENTER. **Chinese Loans to Africa Database**. Disponível em: <https://www.bu.edu/gdp/chinese-loans-to-africa-database/>. Acesso em: 24 nov. 2023.

CHINESE aid to Africa looks a lot like Western aid to Africa, new research finds. **AidData**, 5 out. 2015. Disponível em: <https://www.aiddata.org/blog/chinese-aid-to-africa-looks-a-lot-like-western-aid-to-africa-new-research-finds>. Acesso em: 26 nov. 2023.

DEPARTAMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS. **Trade Data; UN Comtrade**. Disponível em: <https://comtradeplus.un.org/TradeFlow>. Acesso em: 24 nov. 2023.

EBERLING, George G. **China's Bilateral Relations with Its Principal Oil Suppliers**. [S. l.]: Lexington Books, 2021.

ECOFIN, A. **Angola makes Chinese Yuan its second legal tender**, 9 ago. 2015. Disponível em: <https://www.agenceecofin.com/finance-uk/0908-31268-angola-makes-chinese-yuan-its-second-legal-tender#:~:text=The%20Kwanza%20will%20also%20be,the%20internationalisation%20of%20its%20currency>. Acesso em: 27 nov. 2023.

EISENMAN, Joshua. **China's Post-Cold War Strategy in Africa: Examining Beijing's Methods and Objectives**. *In*: HEGINBOTHAM, Eric; MITCHELL, Derek; EISENMAN, Joshua (ed.). *China and the developing world: Beijing's strategy for the twenty-first century*, 2007. p. 29-59.

**FORUM On China-Africa Cooperation (FOCAC)**, 2023. Disponível em: <http://www.focac.org/eng/>. Acesso em: 17 set. 2023.

GU, Jing et al. **Chinese state capitalism? Rethinking the role of the state and business in Chinese development cooperation in Africa.** *World Development*, v. 81, p. 24-34, 2016.

HODGES, Tony. **Angola: Do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem.** Principia, 2014.

KIM, Hun Joon. **The chinese Journal of International Politics**, 2016. p. 59-79.

Kuchins, Andrew C. **Chinese soft power and its implications for the United States: competition and cooperation in the developing world: a report of the CSIS smart power initiative.** MCGIFFERT, Carola (Ed.). Csis, 2009.

LANTEIGNE, Marc. **Chinese Foreign Policy: An Introduction**, 2020. v. 4.

LARKIN, Bruce D. **China in Africa 1949–1970: The Foreign Policy of the People’s Republic of China**, 1971.

LAWSON, Eugene K. **China’s Policy in Ethiopia and Angola.** In: WEINSTEIN, Warren; HENRIKSEN, Thomas H. (ed.). “China’s Policy in Ethiopia and Angola,” in *Soviet and Chinese Aid to African Nations*, 1980.

MINISTRO da Defesa aposta no estreitamento da cooperação com a China para fazer andar projectos prioritários das FAA. **Novo Jornal**, 24 jun. 2019. Disponível em: <https://novojournal.co.ao/sociedade/interior/ministro-da-defesa-aposta-no-estreitamento-da-cooperacao-com-a-china-para-fazer-andar-projectos-prioritarios-das-faa-73370.html>. Acesso em: 26 nov. 2023.

OKANO-HEIJMANS, Maaïke. **Conceptualizing economic diplomacy: The crossroads of international relations, economics, IPE and diplomatic studies.** *The Hague journal of diplomacy*, v. 6, n. 1-2, p. 7-36, 2011.

PEREIRA, Rui P. **A nova política da China em África.** A RESSURGÊNCIA DA CHINA, Instituto Português de Relações Internacionais - Universidade Nova de Lisboa, 2006. Disponível em: [https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista\\_ri/pdf/ri10/RI10\\_03RPPereira.pdf](https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri10/RI10_03RPPereira.pdf). Acesso em: 29 nov. 2023.

QIN, Yaqing. **Development of International Relations theory in China: progress through debates.** *International relations of the Asia-Pacific*, v. 11, n. 2, p. 231-257, 2011.

QIN, Yaqing. **Why is there no Chinese international relations theory?.** *International Relations of the Asia-Pacific*, v. 7, n. 3, p. 313-340, 2007.

RASHID, Harun. **Economic Diplomacy in South Asia. Indian Economy & Business Update, Crawford School of Public Policy**, 18 ago. 2005. Disponível em: [https://crawford.anu.edu.au/acde/asarc/pdf/papers/conference/CONF2005\\_04.pdf](https://crawford.anu.edu.au/acde/asarc/pdf/papers/conference/CONF2005_04.pdf). Acesso em: 30 nov. 2023.

ROBINSON, Bryan (ed.). **African Special Economic Zones: Lessons and Investments from China**, 2022. DOI <https://doi.org/10.1007/978-981-16-8105-9>.

Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1007/978-981-16-8105-9>. Acesso em: 1 set. 2023.

RODRIGUES, Beatriz Castro. **Uma abordagem política e económica entre China e Angola**. 2021. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/136427/2/499243.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2023.

**SAIS-CARI, CHINA-AFRICA DATA**. In: Johns Hopkins University 's School of Advanced International Studies. China Africa Research Initiative . [S. l.], 2023. Disponível em: <http://www.sais-cari.org/data>. Acesso em: 15 set. 2023.

SALSABILA, Ghina; KUSUMAWARDHANA, Indra. **Cave! Hic Dragones: Understanding Neocolonialism in China's Economic Diplomacy towards Angola**. Global: Jurnal Politik Internasional, v. 23, n. 2, p. 153-191, 2021.

TAYLOR, Ian. **China and Africa: engagement and compromise**. Routledge, 2007.

TU, Weiming. **Zhongyong Dongjian (An Insight of Chong-yung)**. Beijing: People's Publishing House, 2008.

VAN BERGEIJK, Peter A.G.; MOONS, Selwyn, **Economic Diplomacy and Economic Security. New Frontiers For Economic Diplomacy**, pp. 37-54, Carla Guapo Costa, ed., Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2009. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1436584>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VICTOR, David G.; HULTS, David R.; THURBER, Mark C. (Ed.). **Oil and governance: state-owned enterprises and the world energy supply**. Cambridge University Press, 2011.

WEIXING, H. U. **The rise of China and Chinese IR theories: practice and theory-building**. In: Constructing a Chinese School of International Relations. Routledge, 2016. p. 78-90.

XI, Jinping. **A Governança Da China**. Shangahai: Shangahai Press, 2017. v. 2.

XIAO, Ren. **Toward a Chinese school of international relations?**. In: CHINA and the new international order. [S. l.]: Routledge, 2008. p. 307-323.

YAN, Xuetong. **Ancient Chinese Thought, Modern Chinese Power**. Princeton University Press, 2013.

YAN, Xuetong; SONG, Xuefeng. **Guoji Guanxi Yanjiu Shiyong Fangfa** (Praticmethods of International Studeis ). Beijing: Renmin Chubanshe, (People Publiding House, 2001.

YAQING, Qin. **Culture and global thought: Chinese international theory in the making**. Revista CIDOB d'Afers Internacionals, v. 100, p. 67-89, 2012.

ZHENG, Yongnian. **China and International Relations: the chinese view and contribution of wang Gungwa**. Londres: Routledge, 2011.

ZHANG, Feng. **The Tsinghua approach and the inception of Chinese theories of international relations**. Chinese Journal of International Politics, v. 5, n. 1, p. 73-102, 2012.

ZHANG, Yongjin; CHANG, Teng-Chi (Ed.). **Constructing a Chinese school of international relations: Ongoing debates and sociological realities**. Routledge, 2016.

ZHAO, Tingyang. **All Under Heaven: The Tianxia System for a Possible World Order**. Terceira. ed. atual. University of California Press, 2021.